

## O PAPEL DO INSTRUMENTO MILITAR NO *SMART POWER*

### *THE ROLE OF THE MILITARY INSTRUMENT ON SMART POWER*

**Adelaide Paiva Gonçalves**

Major ENGAED

Direção Infraestruturas Comando Logístico FA

Milharado, Portugal

acgoncalves@emfa.pt

#### **Resumo**

O poder militar, associado à coerção e dissuasão, é a forma mais antiga de poder e apesar do seu emprego ter diminuído face ao passado, continua a ser um importante recurso, pois a sua existência gera segurança. Com a globalização e no decurso da evolução tecnológica, científica e informacional surgiram novas ameaças transnacionais das quais se destaca o terrorismo e o ciberterrorismo, cuja resolução implica uma abordagem holística, designada de *Smart Power* que utiliza um forte instrumento militar, mas também investe na diplomacia e instituições, possibilitando a delineação de estratégias integradas e eficazes. Este conceito, desenvolvido pelos estadunidenses, foi refletido no novo conceito estratégico da Aliança através da mudança de paradigma do exercício do instrumento militar de comando para cooperação, evidente nas *Peace Support Operations* e nas operações humanitárias. Surge a diplomacia militar que altera a visão deste recurso como um mero instrumento de guerra, não obstante a permanência da sua presença dissuasora. Assim, o conceito de *Smart Power* está a ser absorvido pelo instrumento militar, mascarando o seu poder coercivo e servindo, simultaneamente, de apoio a outros recursos intangíveis, demonstrando a alteração do papel do instrumento militar no Sistema Internacional.

**Palavras-chave:** instrumento militar, *hard power*, *soft power*, *smart power*, diplomacia militar.

**Como citar este artigo:** Gonçalves, A., 2016. O Papel do Instrumento Militar no *Smart Power*. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2016 IV (2), pp. 115-138.  
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

## Abstract

*Military power, coupled with coercion and deterrence, is the oldest form of power, however, despite its coercive employment have decreased over the past, it is still an important feature because its existence generates security. But with the globalization phenomenon and the technological, scientific and informational developments, come new transnational threats of which highlights terrorism and cyberterrorism, whose resolution requires a holistic approach, called Smart Power. Smart Power implies a strong military instrument, but also invests in diplomacy and institutions, enabling delineation of integrated and effective strategies. This concept, developed by the US, was reflected in the new Alliance's strategic concept through the paradigm shift of the exercise of command for cooperation, by the military instrument, evident in Peace Support Operations and humanitarian operations. Therefore arises military diplomacy that changes the view of military resource as solely an instrument of war, maintaining concurrently, its deterrent effect. So, the concept of Smart Power is being absorbed by the military instrument, masking its coercive power and simultaneously supporting intangible assets, revealing the changing role of Military Power in the International System.*

**Keywords:** *military instrument, hard power, soft power, smart power, military diplomacy.*

## Introdução

O poder é um conceito estruturante para as Relações Internacionais (RI), que, de acordo com Moreira (1996, p.18) são definidas como o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos. Segundo Nye (2002a, p.38), o SI é composto por um conjunto de elementos (atores) que se encontram internacionalmente relacionados entre si, sendo eles estatais ou não-estatais.

O poder, para Nye (2004), é a capacidade de influenciar o comportamento dos outros em prol de um determinado propósito ou objetivo. O *Hard Power*, associado à coerção e dissuasão, recorre à aplicação de recursos tangíveis, como as forças militares, a capacidade económica ou os recursos naturais. Em oposição, o *Soft Power*, conceito introduzido por Joseph Nye em 1990, visa o exercício do poder através de outros meios que não a violência e a força. Assenta, antes, na persuasão e atração provocando comportamentos cooperativos. Neste tipo de poder são empregues recursos intangíveis como a cultura, ideologia ou as instituições (Nye, 2004).

Se num passado recente o *Hard Power* tinha um papel fundamental, visível nas grandes Guerras Mundiais (GM), definindo a estrutura do SI como forma de alcance da hegemonia mundial, atualmente, e com as lições aprendidas nas intervenções no Vietname, no Afeganistão e no Iraque, o tipo de poder tornou-se mais *Soft* (Borges, 2015).

A par com a aprendizagem passada, a globalização foi também relevante para a mudança de paradigma no tipo de poder utilizado. Este fenómeno, associado ao desenvolvimento tecnológico e científico, potenciou o aparecimento de novas ameaças transnacionais<sup>1</sup>, fomentou uma evolução dos interesses e diversificou os atores do SI com atores não Estatais e individuais (*Griffiths e Callaghan, 2002*). Por outro lado, e com a ausência de uma entidade governativa causada pela queda de alguns regimes, surgiram grupos terroristas com ideologias étnicas, culturais ou religiosas que, pela sua natureza transnacional, ameaçam a estabilidade do SI e exigem uma coordenação de esforços diplomáticos de diversos Estados numa ação conjunta (*Nye, 2011b*). Para *Nye (2011b)*, é nesta dimensão das ameaças transnacionais que o *Smart Power*, enquanto combinação dos recursos de *Hard* e *Soft Power*, tem particular relevância.

Deste modo, a chave para o sucesso e o desafio do futuro consiste em entender o contexto e assim seleccionar os instrumentos de poder adequados, sejam eles tangíveis ou intangíveis numa combinação *Smart*.

Apesar da possível mudança de padrão do tipo de poder exercido, continuam a ser investidas avultadas somas no desenvolvimento de tecnologia militar e no armamento e equipamento das forças armadas.

Assim, dada a familiaridade e afinidade para com este instrumento do poder e perante uma parca literatura portuguesa nesta área do conhecimento, surge a relevância em estudar de que modo é que o instrumento militar e, conseqüentemente as forças armadas se estão a ajustar a este novo paradigma resultado de lições aprendidas e do necessário ajuste a toda uma nova realidade induzida (como é a globalização) e outra imposta como é o caso do terrorismo e da Guerra Irregular. Segundo a *NATO (2015, p.2-T-5)*, o terrorismo consiste na ameaça ou uso ilegítimo da força ou violência contra indivíduos ou bens numa tentativa de coerção ou intimidação de governos ou sociedades, tendo em vista a obtenção de objetivos políticos, religiosos ou ideológicos.

Para *Smith (2008, p.26)*, uma força irregular opera à margem do estado, por contraposição à força regular que é empregue visando um determinado estado desejado político. Segundo *Gaiolas (2010)*, são as formas de aproximação e a estratégia utilizada para atingir os objetivos que distingue a Guerra Irregular da Guerra Convencional. Enquanto a Guerra Convencional pode ser entendida como o “conjunto abrangente de operações militares conduzidas contra um adversário, por forças militares tradicionais ou outras forças de segurança governamentais, das quais se exceptuam as acções que envolvam o uso de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares” que ocorrem entre atores Estatais. A Guerra Irregular consiste num “confronto violento entre um Estado e uma entidade não estatal, com o propósito de influenciar a população relevante, ou de se legitimar perante ela

---

<sup>1</sup> Considerou-se o termo transnacional em vez de internacional uma vez que estes conceitos se distinguem, de acordo com *Nye e Keohane, cit. por Pereira (2016)*, pela participação ou não de atores não governamentais. As interações internacionais ocorrem entre estados ou são por eles controladas, enquanto, nas interações transnacionais pelo menos um dos atores não é um governo ou uma organização intergovernamental.

(...) favorecendo uma aproximação indireta ou assimétrica face ao conflito. Nela enquadra-se o terrorismo e a insurgência<sup>2</sup> (Gaiolas, 2010, p.33).

Partindo do conceito de instrumento militar, objeto da investigação, como sendo um recurso de poder tangível e mensurável constituído pelas forças armadas (Pallaver, 2011), definiu-se como objetivo geral avaliar se ocorreu e qual foi a mudança de papel do instrumento militar no SI. Os inerentes objetivos específicos consistem-se em: (i) analisar se o instrumento militar perdeu a sua preponderância face ao passado; (ii) identificar se o futuro do poder é o *Smart Power* e (iii) avaliar qual a estratégia de integração do instrumento militar no *Smart Power*.

O percurso metodológico, seccionado em três fases distintas (exploratória, analítica e conclusiva), assentou num raciocínio hipotético-dedutivo que surge das leituras preliminares sobre o tema em apreço. Posteriormente procedeu-se à consolidação do quadro teórico, após o qual se identificou o problema formulado sobre a forma de questão: de que modo é que o papel do instrumento militar se alterou no SI? Procurou-se, através de uma análise qualitativa dos documentos de referência, atingir os objetivos definidos. É de salientar a restrição ideológica e conceptual originada pelo facto de grande parte da literatura analisada versar a atual ideologia norte-americana ao nível das RI. Este espartilhado nocional é principalmente justificado não só pela relevância dos Estados Unidos da América (EUA) no SI e pela sua consequente influência a nível mundial, inclusivamente na doutrina militar, como também pelo facto do criador dos conceitos estruturantes aqui versados de *Soft* e *Smart Power*, ser o Neoliberal estadunidense *Joseph Nye*.

Tendo em conta as linhas orientadoras definidas, considerou-se primordial, antes de mais, efetuar uma explanação conceptual de poder e dos seus instrumentos, apresentando uma tipificação consoante os comportamentos que o seu exercício origina, seguindo a ideologia de *Nye*. Posteriormente, o segundo capítulo, versará a consecução dos objetivos, tendo-se verificado, primeiramente, se o instrumento militar perdeu a sua importância face ao passado. Em seguida verificar-se-á se o futuro do poder é o *Smart Power* e, por fim, se o instrumento militar está a ser integrado no *Smart Power* como forma de sustentação e credibilidade dos outros instrumentos de poder. Por fim, serão explanadas as principais conclusões.

## 1. O Poder

### a. Teoria do Poder

O Poder é um conceito estruturante para as RI, em particular para os Realistas defensores da *Powers Politics*, que tem sido bastante estudado e aprofundado ao longo dos anos (Mattern, 2009, p.691). *Joseph Nye* (2011a, p.9) refere que o Poder é difícil de definir ou medir, mas fácil de experienciar. A dificuldade na definição de poder fez emergir vários conceitos, mas existem dois fatores que são transversais, *means and ways*.

---

<sup>2</sup> “Conjunto de atividades políticas e militares exercidas com o intuito de adquirir o controlo de parte ou da totalidade de um território, recorrendo a forças militares irregulares e a organizações políticas ilegais” (Gaiolas, 2010, p.33).

Para Nye (2004, p.1) o poder é a capacidade de influenciar o comportamento dos outros em prol de um determinado propósito ou objetivo próprio. Esta possibilidade de influenciar pode ser conseguida de três formas distintas (*ways*): através de estímulos (*carrots*), da coerção (*sticks*) ou da atração/persuasão. No entanto, segundo Nye (2011a, p.12), para que o exercício do poder seja efetivo é necessária a definição de duas variáveis importantes: quem se pretende influenciar e qual o instrumento de poder a utilizar.

Para Pallaver (2011, p.56), os instrumentos do poder podem ser classificados como recursos materiais (também designados por tangíveis ou constantes) e imateriais (igualmente conhecidos por intangíveis ou variáveis). Esta classificação, inerente à natureza do tipo de recurso e ao seu modo de utilização, é apresentada na Figura 1. Os recursos tangíveis são objetivos e concretos e, por isso, mais facilmente mensuráveis, enquanto os intangíveis são de índole mais subjetiva, caracterizados pela sua complexidade, difusão e difícil mensurabilidade.



**Figura 1 – Instrumentos do Poder**

Fonte: (Pallaver, 2011, p.56).

No entanto, a posse e utilização dos recursos de poder pode não ser eficaz na consecução dos objetivos. É, pois de evidenciar a relatividade do poder, já que o seu exercício depende do contexto temporal, local e da relação entre os atores. Assim, a conversão do poder é um conceito fundamental e pode ser entendida, de acordo com Nye (2002a, p.71) como “a capacidade de converter o poder potencial, avaliado com base nos recursos, em poder real, avaliado com base na alteração do comportamento dos outros.” Segundo Castro (2012, p.179), o poder potencial é pois traduzido pela possibilidade de utilização dos recursos de poder e de força ou ameaça concreta do seu uso como instrumento de persuasão ou coação, enquanto o poder real consiste na utilização efetiva dos recursos da força ou da violência para forçar a obediência disciplinada, visando adquirir o controlo, o comando e a mudança de comportamento de outro ator internacional.

Existem na história alguns exemplos translúcidos da relatividade do poder, um dos quais foi, para Nye (2004, p.3), a Guerra do Vietname. Este conflito era notório pela assimetria de recursos entre os Vietnamitas e os EUA que eram, de longe, detentores de mais recursos, e segundo a lógica realista, de maior poder. No entanto, acabaram por sair derrotados da Guerra. Outro exemplo foi a incapacidade preventiva e dissuasora revelada pelos EUA, durante os ataques de 11 de setembro (11SET) de 2001.

Ou seja, maior poder efetivo não significa maiores recursos de poder, mas contempla as melhores estratégias de conversão. Entende-se então por relatividade do poder, o facto de este poder variar consoante o contexto, sendo o contexto definido por: quem e onde para que assim se defina o como, quando e qual(is) o(s) melhor(es) instrumento(s), tendo sempre em vista os objetivos pretendidos.

## **b. Tipos de Poder**

Perante as diversas taxonomias de Poder, considerou-se, neste estudo, a apresentada por Joseph Nye (2004), que segrega o poder consoante o modo da sua aplicação em: *Hard Power*, *Soft Power* e *Smart Power*.

O *Hard Power* é resultado da anarquia do SI, onde os Estados não reconhecem nenhuma entidade supraestatal e a ordem internacional é imposta pelas guerras e pela competição pelo poder (Pallaver, 2011), sendo a *ultima ratio* o uso da força militar (Nye, 2011a, p.19). Segundo Pallaver (2011, p.81), este tipo de poder consiste na capacidade de alterar o comportamento dos atores, conforme pretendido, através do emprego de recursos de poder militares e económicos (recursos tangíveis ou de base objetiva), exercendo poder de comando com recurso a estímulos (indução) ou ameaças (coerção). Assim, tal como evidenciado na Tabela I, o poder militar consiste na utilização do instrumento militar como recurso de poder, estando (Nye, 2004, p.31) associado ao exercício da coerção, dissuasão ou proteção (*Hard Power*). A coerção está relacionada com a ameaça ou o emprego efetivo da força, em particular da física. Enquanto a indução pode ser entendida como o ato ou efeito de levar alguém a adotar uma determinada conduta. Ambos podem ser aplicados em diversos níveis de intensidade. A indução está relacionada com a superioridade económica de A sobre B e pode ser negativa (imposição de sanções económicas) ou positiva (recompensas).

Mas, por vezes, é necessária uma abordagem indireta, conhecida também pela segunda face do Poder (Nye, 2004, p.5). Os atores do SI podem sentir-se atraídos pelos valores, cultura ou prosperidade de outro ator e segui-lo. Este tipo de poder, apresentado por Nye em 1990, designa-se por *Soft Power* (Nye, 2011a, p.19), entendido como a capacidade de afetar os outros de modo a obter os resultados pretendidos através da atração e da construção da agenda (Tabela I).

Tabela I – Recursos e políticas governamentais do Hard e Soft Power

	Comportamentos	Recursos primários	Políticas governamentais
<b>Poder militar</b> <i>(Hard Power)</i>	Coerção Dissuasão Proteção	Ameaças Uso da força	Diplomacia coerciva Guerra Aliança
<b>Poder económico</b> <i>(Hard Power)</i>	Indução Coerção	Recompensas Sanções	Apoio económicos Subornos Sanções
<b>Soft Power</b>	Atração Definição da agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia pública Diplomacia bilateral e multilateral

Fonte: adaptado de Nye (2004, p.31).

Em suma, o *Soft Power* assenta na habilidade de moldar as preferências dos outros, sem recorrer ao uso da força, a ameaças, recompensas ou sanções, enformando a legitimidade e manifestando-se em diferentes contextos e níveis de intensidade.

Em 2003, Nye (2011a, p.20) apresentou o conceito de *Smart Power* de modo a evidenciar que o *Soft Power*, só por si, não consegue ser efetivo na política externa. Para Armitage e Nye (2007, p.5), o *Smart Power* nem é *Hard* nem *Soft*, consistindo antes na capacidade de combinar os recursos de cada um dos tipos de poder em estratégias eficazes. É assim uma abordagem que não só implica um forte instrumento militar, mas também investe em diplomacia, alianças e instituições.

Uma das principais tarefas do *Smart Power*, segundo Armitage e Nye (2007), é promover o bem mundial. Assim, a rede institucional na qual o *Smart Power* intervém é essencial e, por isso, não pode ser exercido sozinho, requer alianças e parcerias (Pallaver, 2011, p.106). Para Nye (2011a, p. 20), o *Smart Power* está extremamente dependente da capacidade de conversão do poder, relevando que tal só é eficaz com o conhecimento holístico de todos os tipos de poder e das vantagens e desvantagens inerentes à sua combinação em diversos contextos. Epistemologicamente é um poder inteligente e hábil, mas também ponderado e analista.

## 2. O papel do instrumento militar no *Smart Power*

### a. Perspetiva histórica da utilização do instrumento militar

Historicamente, olhando para os principais recursos dos Estados nos últimos cinco séculos apresentados na Tabela II, verifica-se que os instrumentos de poder primários não são estáticos. No entanto, de todos os apresentados há um que permanece quase imutável, o instrumento militar, seja ele sobre a forma de exército, marinha ou forças/alianças militares.

Para *Smith* (2008, p.51), “a nossa compreensão das forças militares, das operações militares e das guerras tem a sua origem no século XIX, quando foi forjado o paradigma da guerra industrial entre Estados”, constituindo as Guerras Napoleónicas a origem da mudança, que foi sendo catalisada por diversos outros fenómenos bélicos como a Guerra da Secessão, as guerras da unificação alemã e as duas GM.

**Tabela II – Estados diretores e principais recursos de poder**

Período	Estado Diretor	Principais Recursos
Séc. XVI	Espanha	Ouro em barra, comércio colonial, exércitos mercenários, laços dinásticos
Séc. XVII	Holanda	Comércio, mercados de capitais, marinha de guerra
Séc. XVIII	França	População, indústria rural, administração pública, exército
Séc. XIX	Grã-Bretanha	Indústria, coesão política, finança e crédito, marinha de guerra, normas liberais, situação insular (fácil de defender)
Séc. XX	Estados Unidos da América	Escala económica, liderança técnica e científica, cultura universalista, forças e alianças militares, regimes internacionais liberais, eixo da comunicação transnacional e da tecnologia da informação

Fonte: (Nye, 2002a, p.73).

O mundo emerge bipolar da IIGM (EUA – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)) com a perceção catastrófica causada pelas bombas atómicas de que a guerra industrial destruiu o propósito da própria guerra, o Estado, o povo e o governo (*Smith*, 2008, p. 190). No entanto, a necessidade de dissuasão, comportamento predileto da Guerra Fria (GF), assente na ameaça latente de uma guerra global com a adição do armamento nuclear, rapidamente abafaram a guerra industrial e a possibilidade de utilização do poder militar. As duas grandes potências tinham um poder militar e político muito semelhante o que trouxe um equilíbrio de quase 50 anos (*Huff*, 2010).



Dada a simetria de poderes, era necessário procurar outros instrumentos que lhes conferissem vantagens. Os EUA utilizaram o seu poder militar para dissuadir a URSS, mas também o *Soft Power* (Armitage e Nye, 2007, p.9) com a apresentação do Plano de *Marshall*, programa de ajuda financeira, à Europa e à URSS. Este Plano era dicotómico entre a ajuda à reconstrução da Europa e conquista dos “*hearts and minds*” da URSS. Este ato de bondade, conduzido pelos EUA, foi aceite pelos seus aliados europeus, mas rejeitado pelos Soviéticos. Huff (2010, p.4) considera que o Plano de *Marshall* representou uma primeira abordagem à utilização do *Soft Power* e dos recursos vitais não militares dos EUA na sua política de contenção da URSS.

Não obstante, o enfoque no poder militar (intrínseco ao Realismo) permanece durante a GF, mas com o avançar do século tornou-se claro que a mudança de paradigma estava a ocorrer. O Idealismo surge mudando o foco, nas RI, do *Hard* para o *Soft Power*. Com o fim da GF, a disseminação da democracia, a promoção da entreaajuda e do bem comum, o acentuar da globalização, com a sua consequente interdependência marcada por um fluxo de informação, os recursos passíveis de serem utilizados como instrumentos do poder tornaram-se mais variados, flexíveis e sensíveis (Nye, 2002a e Huff, 2010). Num mundo agora unipolar os EUA, potência militar mundial, viram, com a administração *Clinton*, diminuir o investimento na defesa. Mas os ataques de 11SET demonstraram as fragilidades da potência hegemónica mundial e fizeram-na reverter as políticas de segurança nacional e de defesa, emergindo assim de novo o *Hard Power*, em particular o poder militar. As operações militares cresceram em número e escala entre 2001 e 2009, vincadas pela invasão do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003 (Fornam, s.d.), durante a governação do Presidente *George W. Bush*. A administração *Bush*, na sua *Global War on Terror (GWOt)*, deu primazia à utilização do poder militar, tendo inclusivamente agido unilateralmente quando entrou em guerra no Iraque sem o consentimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta ação ilegítima manchou a reputação dos EUA e afetou negativamente a imagem da sua política externa (Quirk, 2010), devido essencialmente ao desrespeito das normas do Direito Internacional e ao uso unilateral da força. O paradigma do tipo de poder alterou com as mudanças na Presidência dos EUA, a administração *Obama* desvinculou-se da de *Bush*, passando para uma visão neoliberal mais voltada para o *Soft* e *Smart Power*. Tal foi visível na estratégia de segurança nacional dos EUA de 2015, onde *Obama* continua a defender a necessidade de superioridade militar para fazer face às ameaças múltiplas apesar de continuar a reduzir a intervenção das forças armadas na resolução de conflitos mundiais, privilegiando uma abordagem mais de *Smart Power* (Borges, 2015).

O mundo globalizado e a rapidez de fluxo de informação e recursos permitiram o desenvolvimento de ameaças com acesso fácil ao armamento e a fontes de financiamento. Emergiram grupos terroristas, muitos dos quais transnacionais, étnico, religiosa e culturalmente radicais que ameaçam a estabilidade do SI. O terrorismo é difuso, dissimulado, não militarizado e não reconhece fronteiras o que torna difícil o seu combate de forma convencional. Mas segundo Nye (2010) a maior parte dos conflitos são agora desta ordem,

dos 226 conflitos armados mais relevantes entre 1945 e 2002, menos de metade na década de 50 era entre Estados e grupos armados. A partir dos anos 90 tornaram-se o tipo de conflito dominante, mantendo-se essa dominância até à atualidade. Segundo o *International Institute for Strategic Studies (IISS, 2016a)* existem 40 conflitos armados espalhados por todo o mundo.

Os Estados falhados propiciam um outro tipo de ameaça recente, muito devido há ausência de um poder governativo legítimo ou com falta de capacidade para controlar o seu território eficazmente ou, ainda, porque a queda da autocracia existente deixou um vazio de poder. Aqui surgem grupos insurgentes que exercem atividades políticas ilegais e recorrem a forças militares irregulares visando adquirir o controlo de parte ou da totalidade de um território (Gaiolas, 2010, p.33-34). Nestes casos, o poder militar não consegue ser eficaz como foi demonstrado durante a Guerra do Afeganistão e do Iraque.

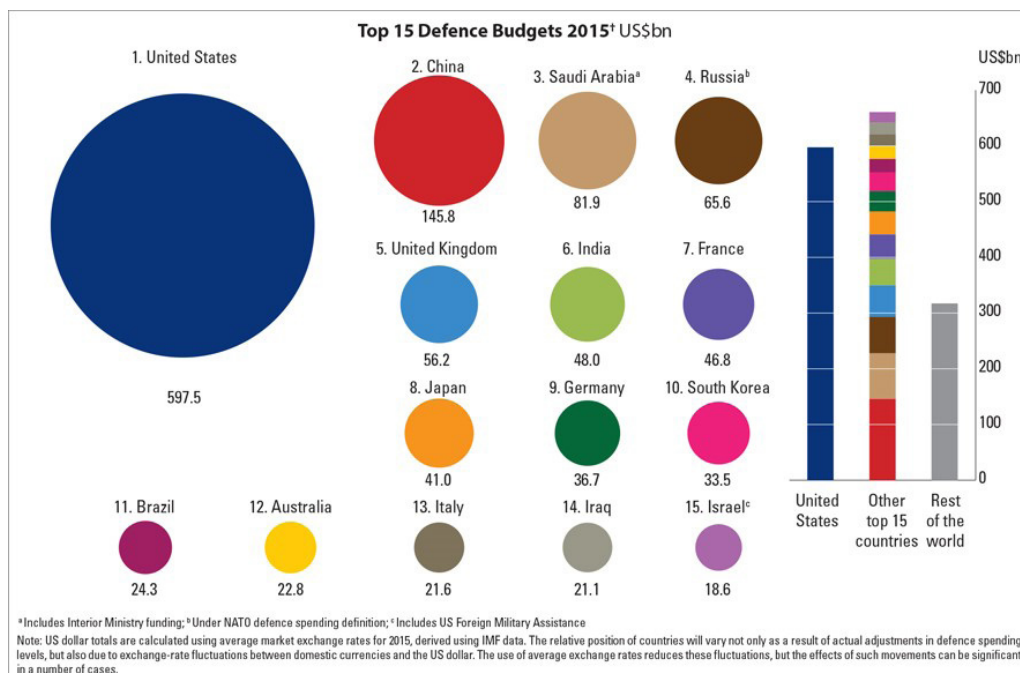
A era das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), segundo Nye (2010), incrementou ainda mais uma acha para esta “fogueira” do terrorismo, o ciberterrorismo, facilmente acessível em qualquer parte do mundo, de forma virtual, e que consegue criar ou, pelo menos ameaçar, tanta destruição física, sem força física e sem ser detetado. Nye (2010) refere ainda que, para os teorizadores militares, se está perante a quarta geração da guerra, focada na sociedade e na política do inimigo e não tanto no poder de fogo e táticas militares como as suas antecessoras. Smith (2008, p.14) considera que se está perante uma nova era do conflito que abandonou a guerra industrial e passou para uma guerra entre o povo marcada pelo alinhamento dos progressos políticos e militares.

Mesmo que o exercício do poder militar aqui conceptualizado, se torne cada vez menos provável entre Estados, continua a ser relevante a existência do instrumento militar e por isso continua a ser feito investimento neste sector, mantendo os EUA o primeiro lugar no ranking de investimento mundial (Figura 2), tal como refere Nye (2010).

Para Nye (2010), o instrumento militar permanece importante, pois sustenta e estrutura as RI. No SI, o poder militar conjuntamente com as normas e as instituições impõe o mínimo grau de ordem, ainda que somente através da sua possível ameaça. Tal como refere Smith (2008, p.435) “os militares conseguem dissuadir porque representam uma ameaça credível”. A sua existência ainda que, por vezes, despercebida e camuflada, gera segurança e na sua ausência, a sua presença revela-se necessária (Nye, 2010).

Em suma, o instrumento militar continua a ser necessário, encontrando-se mais evoluído devido ao avanço da tecnologia e da ciência que proporcionaram um novo tipo de armas mais mortífero e devastador, mas também mais preciso e integrado devido essencialmente às TIC que trouxe melhorias, nomeadamente ao nível do Comando, Controlo, Vigilância e Reconhecimento. Por outro lado, esta facilidade de comunicação e informação, associadas às mudanças sociais e fenómenos globais aumentaram os custos políticos e comunitários na utilização da força militar. O uso do instrumento militar requer uma justificação moral para assegurar o apoio popular, por isso não é apenas utilizado como poder bélico do passado, mas mais como um poder fomentador de estabilidade, proteção e assistência. Assim, é cada vez mais utilizado numa estratégia mista de coerção e atração gerando comportamentos de

comando e de cooptação. A própria doutrina militar está a mudar e conseguir o apoio da população, erodir o apoio aos insurgentes bem como ajudar na construção física e social de um Estado passaram a ser os objetivos principais do novo tipo de conflitos em detrimento da visão centrada na derrota do adversário.



**Figura 2 – Lista dos primeiros 15 de 123 países que mais investem na defesa**

Fonte: (IISS, 2016b).

Para Nye (2010), é expectável que o papel do instrumento militar na estruturação das RI perdesse no século XXI, não com a utilização que tinha no século XIX, mas continuará a ser crucial para o SI. Ideia seguida por Smith (2008, p.13) ao referir que perante a variedade de cenários que constituem ameaça ao SI, a força militar permanece como parte ou totalidade da solução, ainda que não tenha sido originalmente destinada ou configurada para tal.

Concluiu-se que o instrumento militar sempre foi e é um recurso de poder necessário, mas o seu emprego coercivo diminuiu face ao passado. Na realidade, a preponderância do instrumento militar na atualidade não desvaneceu, até porque continuam a eclodir diversos conflitos, foi antes flexibilizada a sua utilização no cenário internacional, causando diferentes tipos de comportamento, do comando à cooptação.

### **b. O Smart Power**

O mundo tem assistido a um processo de globalização que acelerou e intensificou mecanismos, processos e atividades que alegadamente promovem a interdependência e

integração política e económica. Esta interdependência e integração entre atores do SI tanto pode ser benéfica como nefasta, dependendo da forma como é explorada.

Para *Griffiths e Callaghan (2002)*, a globalização é um conceito transnacional revolucionário que envolve a desterritorialização social, política, económica e cultural relacionada com a aceitação do mundo como um só local. Atualmente é simples e rápido viajar pelo mundo sem nunca ficar incontactável e ainda mais fácil é viajar virtualmente de forma instantânea. A par com os fluxos humanos também os fluxos económicos, de informação e as transações de bens se tornaram mais acessíveis e céleres. Mas a globalização fomentou ainda outras alterações. Uma delas foi a disseminação da cultura dos diversos países, provocando a sua contaminação e esbatendo as suas diferenças. A outra resultou na formação de uma consciência global face a diversos problemas tais como o terrorismo, o ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça (ADM), controlo de migrantes, a insegurança energética, a instabilidade financeira global, alterações climáticas e as pandemias, suscitando assim um novo tipo de ameaças caracterizadas pela sua transnacionalidade (*Borges, 2016*). Para *Nye (2011b)*, a distribuição do poder ao nível das relações transnacional, caracterizada pelas ameaças acima descritas, é caótica, tornando a estrutura do SI difusa.

De todas estas cominações destaca-se o terrorismo, pela sua atualidade e mediatismo. Atualmente é bem visível a preponderância deste tipo de ameaça, de onde se salientam os ataques em Paris (2015) e mais recentemente na Bélgica (2016). Mas este tipo de conflito não é recente, ideia reiterada por *Pires (2012)*, já existia no século XX em praticamente todos os continentes (Médio Oriente, em Espanha, na Irlanda do Norte, entre outros). Segundo *Nye (2004, p.21-22)*, a sua escalada foi exponencial em particular devido a dois fatores preponderantes, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a alteração da motivação e da organização dos grupos armados, devidamente suportados e catapultados pelo fenómeno da globalização.

Em primeiro lugar, a alteração da motivação dos grupos terroristas é caracterizada pelo abandono das ideologias políticas em favor das religiosas com promessas de recompensas “no outro mundo”. Quanto à modificação da sua organização consiste na transição de uma estrutura quase militar para uma mais dispersa e difusa onde um líder é rapidamente substituído por outro. Em segundo, lugar o desenvolvimento da tecnologia e da ciência permitiu melhorar a eficiência de muitos sistemas, como por exemplo os transportes, a informação, a energia, mas também os tornou mais vulneráveis. O progresso está a democratizar a tecnologia, tornando os instrumentos de destruição maciça mais pequenos e acessíveis. Adicionalmente, o sucesso da revolução da informação proporcionou não só novos meios de comunicação como facilitou o seu acesso por parte da população mundial. Assim, surgiram estruturas de comando e controlo mais eficazes e imediatas e redes de informação em tempo real que potenciaram a alteração da organização dos grupos terroristas. Os grupos terroristas trocaram uma estrutura concentrada por uma dispersa, constituída por uma rede de células espalhadas pelo mundo. Por outro lado, as novas TIC permitem a consecução dos principais objetivos dos terroristas que são espalhar o terror e angariar apoiantes e novos

recrutadas. Os terroristas utilizam assim dois tipos de poder: o *Hard Power* ao utilizar os meios de destruição e infligir o medo e o *Soft Power* ao atrair novos elementos, através da propaganda negativa, assente nas diferenças culturais, morais e nos valores das democracias, que passam nos meios de comunicação e nas redes sociais (Novais, 2014).

É devido à transnacionalidade das ameaças referidas que o SI não deve ser, atualmente, apenas analisado ao nível do Estado, pois os seus desafios e os seus atores não estão contidos por fronteiras e exigem uma ação espacial holística (Nye, 2011a). Por isso o *Smart Power* torna-se aqui relevante (Nye, 2011b), pois a abordagem às ameaças transnacionais depende da criação de instituições, alianças e parcerias não só para garantir a internacionalidade e o esbatimento das fronteiras como também para acentuar a alteração do exercício do poder, de poder sobre os outros (comando), para poder com os outros (cooperação). Por outro lado, tal como indica Nye (2002b), nenhum país é suficientemente grande para resolver por si o problema do terrorismo global. Assim é necessário desenvolver estratégias inteligentes para poder exercer influência e combinar os recursos dos dois tipos de poder *Hard* e *Soft Power*, transformando-o em *Smart Power*. Esta combinação do poder é o grande desafio do futuro, pois quer o *Hard* quer o *Soft Power* apresentam limitações e a sua junção permite colmatar as falhas (Nye, 2001c).

Para Quirk (2010), algumas das falhas do *Hard Power* consistem na dificuldade de encontrar o ponto de aplicação da força e na sua insuficiência neste espectro de ameaças transnacionais, pois os custos económicos e sociais associados à sua utilização são demasiado elevados. Segundo este autor, para a maioria das grandes potências a utilização da força iria colocar em risco os seus objetivos económicos, bem como a sua atratividade, credibilidade e, conseqüentemente o seu *Soft Power*, devendo apenas ser considerada quando outros meios diplomáticos tiverem falhado. Não obstante, a sua utilização, em particular do instrumento militar, continua a ser necessária como já foi aferido. Assim, sendo, o poder militar é apenas uma parte da resposta às novas ameaças, sendo necessária a cooperação intergovernamental e interinstitucional (Nye, 2009), ou seja, o *Soft Power* (Nye, 2002b), como um meio de apoio ao bem-estar e continuidade das sociedades civis (Quirk, 2010). Mas também o *Soft Power* apresenta algumas limitações, relacionadas com a sua ambivalência, difusão, inobservância, sensibilidade, maior dependência da estratégia de conversão do poder, acessibilidade e morosidade. Para Nye (2004, p.15-16) a influência e a atração cultural do *Soft Power* funcionam melhor entre atores com culturas semelhantes e quando o poder está disperso e não concentrado, ou seja, depende da conjuntura. Por exemplo, Nye (2002b) refere que aos olhos dos extremistas islâmicos a abertura da cultura ocidental é repulsiva, revelando a sua ambivalência e dependência do contexto. Uma outra limitação é a sua difusão e inobservância, pois os seus efeitos são normalmente disseminados, criando uma influência generalizada em vez de produzir um efeito específico observável (Nye, 2004, p.16). Por outro lado, o *Soft Power* não é passível de controlo governamental, devido ao seu fácil acesso, tanto pode ser gerado por entidades estatais como pela indústria cinematográfica, por figuras públicas, universidades, fundações ou outro tipo de grupos não-governamentais.

Salienta-se ainda a sensibilidade deste tipo de poder associada ao seu carácter volátil e subjetivo. Subjetivo porque depende da interpretação de cada um e volátil porque depende do momento em questão, por vezes são tomadas decisões menos populares mas que com o tempo se revelam as mais adequadas. Assim, depreende-se que também o fator tempo desempenha um papel relevante, isto porque o *Soft Power* é uma estratégia de longo prazo, não só porque necessita de tempo para que os seus efeitos sejam visíveis, mas também porque a cultura e os valores de uma nação demoram o seu tempo a evoluir e a mudar (Quirk, 2010).

Assim, conclui-se que perante as novas ameaças o sucesso nas RI não depende de quem tem a força militar vencedora. Segundo Nye (2009) na luta contra o terrorismo será sempre necessária uma estratégia de *Smart Power*, até porque os próprios terroristas também recorrem a esta dualidade de recursos. A derrota do terrorismo islâmico só é possível se o número de extremistas presos ou mortos superar os que são conquistados todos os dias, papel que o *Soft Power* exerce tanto ao causar aversão e repugnância aos atos terroristas como a atrair o mundo islâmico. Ideia reiterada por Pires (2012, p.48), que refere que a resposta ao terrorismo tem de ser “holística, abrangente e feita com todos”, assente “no direito, diplomacia, segurança interna e externa, na economia e nas políticas de desenvolvimento.”

Em suma, são as limitações do *Soft* e do *Hard Power* que fazem com que a melhor estratégia seja a combinação de ambos os recursos do poder num novo tipo de poder designado de *Smart Power*. Mas será este tipo de poder recente ou apenas tomou uma nova conceptualização? Ao analisar a história percebe-se que o *Smart Power* tem raízes anteriores à sua conceptualização feita por Nye em 2003. Já em 1900, o Presidente *Theodore Roosevelt* fez denotar a importância dos dois tipos de poder quando escreveu numa carta “*Speak softly and carry a big stick; you will go far*” (Coutu, 2008). Mais tarde, a GF trouxe consigo um novo tipo de confronto onde foi notória a utilização mista do poder pelos EUA, por um lado os programas de *Soft Power* assentes na propaganda e informação televisiva utilizados para erodir o comunismo do bloco de leste e em simultâneo o *Hard Power* da sua força militar para dissuadir e deter a ameaça soviética (Huff, 2010). A queda do muro de Berlim que marcou o fim da GF, foi também resultado do *Hard* e *Soft Power*, tal como Nye (2009) refere “*When the Berlin Wall finally collapsed, it was destroyed not by artillery barrage but by hammers and bulldozers wielded by those who had lost faith in communism.*”

A utilização do *Smart Power* não é nova, quer o conceito de *Smart Power* quer as novas ameaças se tornaram mais proeminentes e devido ao fenómeno da globalização e da evolução tecnológica e científica tornaram-se mais disseminadas, agressivas e difusas. O *Smart Power* conceptualizou-se, definiu-se e estudou-se como tal, em particular após o fracasso da política externa da *GWoT* do Presidente *George Bush*, que potenciou a criação em 2006 da comissão do *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* sobre o *Smart Power*, visando tornar os EUA num Estado atrativo através do investimento no bem comum (Armitage e Nye, 2007, p.1). Para tal, esta comissão definiu cinco áreas críticas de atuação: a formação de alianças, parcerias e instituições (nomeadamente do fortalecimento da NATO, repensando a sua estratégia e reforçando as operações de apoio à paz e de ajuda humanitária);

o desenvolvimento global; diplomacia pública; a integração económica; tecnologia e inovação (desenvolvimento de soluções para minimizar as ameaças transnacionais). Em 2009, quando *Barak Obama* assume a presidência segue estas recomendações, admite que a rejeição do unilateralismo e do recurso ao *Hard Power* é necessária para melhoria das relações externas. Toma assim diversas atitudes de *Soft Power* como: reforçar o compromisso dos EUA para com a Convenção de Genebra e mudar a retórica da *GWoT* (*Quirk*, 2010), não menosprezando, no entanto, a importância do poder militar.

Pode-se então concluir que a globalização associada a uma evolução tecnológica e científica a par com a revolução das TIC trouxe consigo não só uma economia, crescimento e desenvolvimento globais como também proporcionou a interdependência e o aparecimento de ameaças a uma escala transnacional que não conhecem fronteiras. Estas ameaças não podem simplesmente ser combatidas recorrendo ao *Hard Power*, nem somente ao *Soft Power*, mas antes com a conjugação de ambos os recursos do poder numa estratégia inteligente designada de *Smart Power* que, tendencialmente, utiliza primeiro os recursos de *Soft Power*, a política e diplomacia e, quando as circunstâncias o justificam, recorre aos “*carrots and sticks*” do *Hard Power*.

### c. A Estratégia de Integração do Poder Militar

Como referido nos capítulos anteriores, a aplicação do poder militar tem vindo a diminuir em virtude de uma crescente consciencialização e da existência de ameaças transnacionais. Provocando não uma diminuição da importância do instrumento militar, mas antes a alteração do seu papel no cenário internacional, sendo atualmente mais utilizado numa estratégia mista de poder (*Smart Power*).

Neste contexto, seguindo a mudança estratégica dos EUA de integração do poder militar no *Smart Power*, referida no sub-capítulo anterior, a Aliança enquanto grande fonte de poder militar internacional adotou também o conceito de *Smart Power*, patente em dois documentos distintos (*Szumowski*, 2013, p.). Primeiro num projeto internacional de pesquisa liderado pelo *Allied Command Transformation (ACT)* designado por *Multiple Future Project (MFP)* e depois no novo conceito estratégico da Aliança (2010).

O objetivo principal do *MFP* era a conceptualização das ameaças com que a Aliança seria confrontada nos próximos 20 anos (até 2030), tendo-se concluído que uma das ações principais para a segurança da Aliança, seria o desenvolvimento, em parceria com outras organizações internacionais, tais como a ONU e a União Europeia (EU), de uma *comprehensive approach*. Defende que para ser eficaz neste ambiente holístico não basta apenas desenvolver as capacidades militares, será também necessário estabelecer melhores parcerias e trabalhar com outras organizações internacionais para melhorar a transparência da informação e da tomada de decisão (*ACT*, 2009).

Por seu lado, o atual conceito estratégico da *NATO* de 2010, referencia quer o desenvolvimento das capacidades militares da Aliança em diversas vertentes, das forças



convencionais, à ciberdefesa, ao poder aeroespacial até à dissuasão nuclear e ao combate contra a utilização de armas químicas e biológicas (*Hard Power*). Quer o desenvolvimento do *Soft Power* através das operações humanitárias e das *Peace Support Operations (PSO)*, fomentando a relação e a cooperação com organismos regionais e internacionais (Szumowski, 2013, p.241). Apresentando assim o *Smart Power* como forma de fazer face aos oito desafios hipotéticos com que a *NATO* (2010) se poderá deparar no ambiente que a rodeia: (1) ameaça de guerra convencional, incluindo a proliferação de mísseis de longo alcance; (2) proliferação de armas nucleares e outras ADM; (3) terrorismo e disseminação de grupos terroristas; (4) instabilidade para além da Área de Responsabilidade da *NATO*; (5) ciberataques às infraestruturas críticas da *NATO*; (6) instabilidade e insegurança das linhas de comunicação de bens e energia; (7) perda de primazia da tecnologia por parte da Aliança com o desenvolvimento de armas laser, guerra eletrónica, etc; (8) escassez de recursos e alterações climáticas.

Denota-se que todos os desafios implicam o uso do poder militar enquanto *Hard Power*, exceto o ponto (8) (Szumowski, 2013, p.242). Propondo, a Aliança, três principais tarefas a realizar neste ambiente de insegurança: defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa (*NATO*, 2010). Também aqui se denota a presença do *Smart Power*, em particular nas duas últimas tarefas. As lições aprendidas nas operações da *NATO*, em particular no Afeganistão e nos Balcãs, denotaram a insuficiência do instrumento militar para resolver os conflitos e as atuais ameaças à segurança euro-atlântica e internacional e evidenciaram a necessidade de uma visão abrangente do ambiente (política, militar e civil), designada por *comprehensive approach*, para que a gestão de crises seja eficaz. Tal como referem Lemos e Eugénio (201, p.73), o *comprehensive approach* é uma modalidade de ação estratégica que conjuga os instrumentos político, económico, de comunicação pública e militar, na tarefa global de gestão de crises (entre a defesa coletiva e a segurança cooperativa). Assim, a análise, planeamento e empenhamento no conflito são holísticos, recorrendo-se a parcerias com outros atores internacionais de modo a maximizar a coerência, eficiência e eficácia.

Este conhecimento holístico do ambiente tinha já sido identificado por Nye (2009) como inteligência contextual. Segundo este autor a combinação de recursos em estratégias de *Smart Power* implica uma inteligência contextual. Por inteligência contextual, segundo Nye (2009), entende-se a capacidade de efetuar um diagnóstico intuitivo que ajuda os políticos no alinhamento das suas táticas para com os objetivos, estabelecendo assim estratégias inteligentes.

Os elementos básicos de *Smart Power* versados nos referidos documentos da *NATO* constituem uma tentativa de integrar duas abordagens distintas, *Hard* e *Soft*, ao fenómeno do poder (Szumowski, 2013, p.244). Esta nova abordagem advém do atual ambiente de segurança do SI com o qual a Aliança tem de se deparar e de onde se evidencia o terrorismo e a sua disseminação difusa que promove a utilização do vasto potencial do *Soft Power* em complemento aos recursos do *Hard Power*.

Tal como refere Chong (2015) e como já foi concluído nos sub-capítulos anteriores, o paradigma da aplicação do instrumento militar, na era pós 11SET, mudou. Cada vez mais



é utilizada uma estratégia *smart* na aplicação do poder nas RI, devido não só ao aumento da complexidade na legitimação das intervenções internacionais como também devido à frequência das *Military Operations Other Than War (MOOTW)*. As *MOOTW*, segundo *Joint Forces Staff College (JFSC)* (2000b, G-54), são operações que abrangem a utilização de capacidades militares em toda a gama de operações militares sem guerra. Estas operações podem ser aplicadas em complemento a qualquer combinação dos outros instrumentos de poder. Constituem exemplo a ajuda humanitária, a reabilitação de cenários devastados por catástrofes naturais ou de natureza humana, controlo de armamento, operações de apoio à paz, combate ao terrorismo e as *Non-combatant Evacuation Operations (NEO)*.

Para *Chong* (2015, p.234), as *MOOTW* fomentam o desenvolvimento da sociedade ao apoiarem a paz, as autoridades civis e ao ajudarem na reconstrução de estados falhados, dotando-o de todas as ferramentas necessárias à governação. As *MOOTW* têm outra intenção para além do exercício da coerção, os recursos utilizados, tais como as instituições, parcerias e alianças, bem como os valores, culturas e ideologias, transmitidos pelas forças armadas no terreno enquadram-se mais no *Soft Power* e são capazes de exercer atração e provocar comportamentos de cooptação. Estes comportamentos de cooptação traduzem-se na manutenção e ampliação da adesão da população e nos casos de insurgência, na erosão do apoio aos insurgentes ao mesmo tempo que as forças militares mantêm uma presença dissuasora e neutralizam e destroem a estrutura insurgente. Ou seja, o instrumento militar é versátil, tanto recorre à ameaça ou uso da força, como utiliza os valores, cultura e ideologias políticas e sociais para atrair os atores circundantes a terem um determinado comportamento. Sintetizando, ou exerce o *Hard* ou o *Soft Power*, sendo um instrumento de *Smart Power*.

Esta ideia é ratificada por *Kuang* (2012, p.20), ao referir que os recursos que estão associados ao *Hard Power* também podem ser fontes de *Soft Power*, dependendo do contexto e do modo como são empregues. Assim, o instrumento militar enquanto recurso tangível de *Hard Power*, dependendo de como é utilizado, pode traduzir-se em comportamento de comando ou de cooperação. No entanto, não se pode esquecer o facto de que nem todos os ativos do instrumento militar podem ser utilizados de modo menos ameaçador, como são exemplo as armas nucleares.

Por outro lado, não se pode confundir a diplomacia militar com a escala macro da diplomacia, onde se integra a diplomacia de defesa (*Lim*, 2012), ou seja, o *Soft Power* do ator Estatal, apesar de ambas servirem o mesmo propósito. Para *Lim* (2012), enquanto a diplomacia de defesa consiste num instrumento globalizado de poder nacional que visa obter determinados objetivos na área da segurança nacional, a diplomacia militar consiste no reforço de relações entre os militares e a população alvo. Se a diplomacia de defesa visa vencer pela narrativa a diplomacia militar materializa a narrativa em ações no terreno. Neste campo, a diplomacia militar altera a visão do recurso militar apenas como um instrumento de guerra. Atualmente, o instrumento militar não é apenas utilizado de uma forma coerciva, a sua aplicabilidade vai mais além do que ameaçar ou mesmo combater.

Conclui-se que o instrumento militar está a ser integrado numa estratégia de *Smart Power* onde é dada preferência à utilização dos instrumentos de *Soft Power* como por exemplo a diplomacia, alianças e instituições e onde também são evidentes a passagem de valores e transmissão da cultura. Quando os instrumentos de *Soft Power* falharem existe o recurso ao *Hard Power*, até porque existem fenómenos como o terrorismo que não conseguirão ser resolvidos apenas com a atração ou definição da agenda. Assim, o poder militar funciona como apoio e credibilidade na utilização dos restantes instrumento de poder, até porque a credibilidade gera confiança.

Pode-se assim dizer que a estratégia de integração do instrumento militar no *Smart Power* consiste na adoção do conceito de *Smart Power* pelo instrumento militar. Como refere Dias (2010), “...a estratégia passou a extravasar a dimensão militar, embora integrando-a”. O poder militar associado ao exercício da coerção, dissuasão ou proteção (Nye, 2004, p.31), tornou-se mais legítimo, atrativo e capaz de empreender outro tipo de ações que não seriam possíveis na sua forma *Hard Power*.

A camuflagem do *Hard Power* associado à utilização do instrumento militar é conseguida pela diplomacia militar (Lim, 2012), catapultada pelas operações de apoio à paz e humanitárias e ainda pela cooperação com outras instituições internacionais, permitindo a integração nas massas populacionais e a sua aceitação por elas, potenciando a obtenção de informação e erodindo o seu apoio aos insurgentes, mantendo presente a ameaça ou possibilidade de utilização da força militar, se necessário. Por isso justifica-se a importância do *Hard Power*, facilmente sustentada pelo contínuo desenvolvimento e investimento em tecnologia militar e armamento.

Em suma e respondendo à pergunta de partida que traduziu o problema e orientou a investigação, de que modo é que o papel do instrumento militar se alterou no SI?, apurou-se que o instrumento militar sempre foi uma fonte de poder primário, sendo ainda atualmente alvo de investimento por parte dos Estados. No entanto, a sua utilização enquanto recurso de natureza coerciva (*Hard Power*) diminuiu face ao passado. Principalmente devido ao horror das Grande Guerras e às mudanças decorrentes da globalização associada ao desenvolvimento científico, tecnológico e informacional que evidenciaram ameaças transnacionais que exigem o emprego do *Soft Power* a par com o antigo *Hard Power*, num novo tipo de poder, designado de *Smart Power*. O instrumento militar foi então integrado conjuntamente com os outros instrumentos de poder intangíveis, servindo-lhes de apoio e mantendo, simultaneamente, a possibilidade da sua utilização ainda que em *ultima ratio*, desvanecendo o conceito de poder militar associado à coerção e dissuasão, ou seja, ao *Hard Power*. Tal como Sun Tzu (2006) referia, é sempre preferível a abordagem indireta dos conflitos, contendo a força, pois o auge da excelência é vencer sem combater.

## **Conclusão**

A globalização e as evoluções tecnológicas e científicas potenciaram o aparecimento de ameaças revestidas de carácter transnacional, pigmentaram o estatocentrismo das RI com

atores não-estatais e individuais com um papel relevante e sedimentaram uma consciência global emergente das GM. Perante o percurso transformacional do SI importa descortinar quais as repercussões no papel do instrumento militar. Até porque estas mudanças refletiram-se nos tipos de poder que foram sendo exercidos pelas grandes potências mundiais, em especialmente ao longo do último século.

Por isso, antes de mais evidenciou-se a relevância do conceito de poder no SI, enquanto capacidade de alterar, favoravelmente, a atitude ou comportamento de outros de modo a atingir os objetivos pretendidos. Tendo sido identificados os diversos instrumentos que servem de fonte de poder e salientada a sua relatividade contextual, que permitiu distinguir o poder potencial do poder real ou efetivo. Posto isto, apresentou-se a taxonomia de poder de *Joseph Nye* que separa os três tipos de poder (*Hard*, *Soft* e *Smart Power*) consoante a natureza do comportamento e o género de recursos utilizados. De onde se evidencia o *Smart Power*, marcado pela simbiose, ajustada ao contexto, entre os recursos de base objetiva e os de base subjetiva e ajudando na resolução dos atuais problemas securitários do SI.

Assim, no domínio conceptual do modelo de análise, que emergiu durante a fase exploratória, identificou-se o instrumento militar enquanto objeto de estudo, tendo-se ainda traçado o objetivo geral que visa avaliar qual a mudança de papel do instrumento militar no SI, que se subdividiu em três objetivos específicos: (1) analisar se o instrumento militar perdeu a sua preponderância face ao passado; (2) identificar se o futuro do poder é o *Smart Power*; (3) avaliar qual a estratégia de integração do instrumento militar no *Smart Power*. Os três objetivos específicos reverteram-se em três subcapítulos que visam a sua consecução.

Metodologicamente, a investigação foi seccionada em três fases distintas: a exploratória, a analítica e a conclusiva. Na fase exploratória, a definição do modelo de análise conceptual, fez emergir um raciocínio hipotético-dedutivo e apontar o desenho de pesquisa que assentou no estudo da alteração do papel do instrumento militar no SI (estudo de caso). Na fase analítica foram verificadas as hipóteses de investigação consideradas, respondendo assim às perguntas de investigação, posteriormente à recolha, análise quantitativa e apresentação qualitativa dos dados obtidos através de investigação documental da bibliografia identificada. A amostra utilizada na fase analítica assentou essencialmente em teóricos neoliberais que enfatizam o papel do *Smart Power* e que tipificam os tipos de poder apresentados.

Considerando a análise da alteração da preponderância do Poder Militar face ao passado foi efetuada uma pesquisa histórica onde se verificou que o *Hard Power* é a forma de poder mais antiga, mantendo-se a sua constância, ao longo dos últimos cinco séculos, enquanto outros recursos de poder foram variando ao longo da história. Mas a IGM, vincada pela coercibilidade do instrumento militar e manchada pela violência e morte, fez despertar a carência de uma entidade supraestatal capaz de conduzir uma democracia mundial. No entanto, os esforços não foram produtivos tendo eclodido a IIGM com consequências ainda mais devastadoras, surgindo assim a ONU. A bi-polaridade do SI no período pós IIGM (EUA-URSS), caracterizada por uma similaridade de recursos de poder políticos e militares, fomentou a procura de outras fontes. Começa a mudança de paradigma na utilização do

poder coercivo e dissuasor para um poder atrativo, cuja importância é acentuada no período pós GF pela potência hegemónica (EUA). No entanto, o 11SET veio relembrar a importância do instrumento militar e de novo emergiu o seu carácter coercivo na chamada *GWoT*. A administração Obama, seguindo as lições aprendidas e numa tentativa de reabilitar a imagem fragilizada pelas opções do Presidente *Bush*, altera de novo o paradigma do poder, para uma utilização mais atrativa em detrimento da coerciva.

Por outro lado, o processo da globalização associado a uma evolução tecnológica e científica e à facilidade de comunicação e acesso à informação disseminaram o terrorismo e ciberterrorismo e tornaram mais frequentes os fenómenos de Guerra Irregular. Os novos grupos armados conseguem controlar a população em Estados falhados que não detém um poder governativo eficaz. Nestes casos, de Guerra Irregular, o poder militar (*Hard Power*) não é eficaz, não obstante continua a ser necessário pois contribui para a estabilidade e segurança internacional. Simplesmente utilização do instrumento militar enquanto fonte de poder não é somente coerciva mas também atrativa.

As ameaças, tais como a insegurança energética, a instabilidade financeira, as alterações climáticas, o terrorismo e o ciberterrorismo, caracterizadas pela sua transnacionalidade e resiliência ao *Hard Power*, obrigam a uma nova abordagem conseguida através do *Smart Power*. Tal é explicado, porque quer o *Hard* quer o *Soft Power* apresentam ambas limitações e a utilização combinada dos diversos tipos de recursos que os sustenta, colmata as suas restrições. O *Hard Power* associado à coerção e indução não é suficiente neste espectro de ameaças, não só devido aos elevados custos morais e económicos da guerra, mas também devido ao carácter difuso e dissimulado das ameaças transnacionais. Por outro lado, o *Soft Power* é demasiado ambivalente, inobservante e moroso na obtenção de resultados. Não é expectável que uma ameaça como o terrorismo seja apenas vencida pelo uso de valores, da cultura, da diplomacia ou mediante o recurso a instituições internacionais.

Assim, é necessário o reforço das capacidades e o recurso a uma estratégia inteligente. O terrorismo necessitará sempre de uma estratégia mista, por um lado o poder militar (*Hard Power*) para combate direto aos apoiantes e por outro o *Soft Power* para atrair apoiantes e simultaneamente erodir a imagem e credibilidade das ideologias dos grupos terroristas. Assim conclui-se que estas ameaças transnacionais só podem ser combatidas com a criação de parcerias, alianças e instituições internacionais mesmo que de cariz militar, conjugando os dois tipos de poder *Hard* e *Soft Power* no conhecido *Smart Power*.

No terceiro capítulo conclui-se que o poder militar coercivo está a ser convertido numa estratégia de *Smart Power* e que o instrumento militar está a servir de sustentação e credibilidade a outros instrumentos de poder. A *NATO*, enquanto instituição internacional de cariz essencialmente militar adotou o conceito de *Smart Power*, patente no novo conceito estratégico de 2010 e seguindo a estratégia de integração do poder militar no *Smart Power* adotada pelos EUA. Este documento referencia não só a necessidade de desenvolver as capacidades militares da Aliança como também a necessidade de fortalecer as suas

capacidades de atração, potenciadas pelo *Soft Power* das operações humanitárias, das *PSO* e da cooperação com organizações internacionais e regionais.

A alteração do paradigma do tipo de poder foi fomentada pelos acontecimentos de 11SET devido às lições aprendidas na sequência do atentado, mas também pelo aumento das *MOOTW*. Este tipo de operações militares tem outro intuito para além do exercício da tradicional força coerciva. Os recursos utilizados tais como instituições, parcerias e alianças bem como os valores e a cultura transmitidas na interação entre as forças armadas no terreno e a população enquadram-se no *Soft Power* e são capazes de conquistar os *hearts and minds* (atração). Tal traduz-se na obtenção do apoio da população e na aceitação das forças militares e simultaneamente na erosão do apoio aos insurgentes/terroristas. Ao mesmo tempo que as forças militares exercem o *Soft Power*, mantêm uma presença militar dissuasora (*Hard Power*), capaz de neutralizar os casos de ameaça ou uso da força. O instrumento militar é versátil, não se limita ao combate ou à dissuasão, mas também confere proteção, presta ajuda humanitária e ajuda na reconstrução de Estados Falhados.

Assim, conclui-se que o instrumento militar, anteriormente associado à coerção, está a ser integrado numa estratégia de *Smart Power* onde é dada preferência à utilização dos instrumentos de *Soft Power*, servindo assim de apoio aos outros instrumentos de poder e conferindo-lhes sustentação e credibilidade. Acima de tudo o próprio instrumento militar evolui, desvanecendo a coercibilidade intrínseca ao poder militar.

Posto isto, respondeu-se à questão de partida: De que modo é o que o papel do instrumento militar se alterou no SI? Tendo-se averiguado que o instrumento militar foi, ao longo dos últimos cinco séculos, uma fonte primária de poder. No entanto, a sua utilização coerciva e dissuasora está menos presente na atualidade, principalmente devido à elevada mortalidade da IGM e IIGM. Começava aqui a transformação na utilização do poder, que foi sendo reforçada pelos diversos acontecimentos marcantes da história, nomeadamente a GF e o 11SET, que suscitaram de novo a aplicação coerciva do poder militar e que revelaram a sua insuficiência e ineficácia, não obstante a sua importância. Isto porque o mundo tem sido sujeito a mudanças fomentadas pela globalização, pela revolução tecnológica e informacional que não trouxeram apenas benefícios globais, mas também evidenciaram a presença de ameaças transnacionais. Estes novos desafios não podem ser enfrentados unicamente ao nível do Estado, exigem a formação de instituições, alianças ou parcerias transfronteiriças. E exigem um outro tipo de poder que não é *Hard* é *Soft Power*, mas antes a combinação dos seus instrumentos no designado *Smart Power*. Neste tipo de estratégia o instrumento militar serve de apoio aos outros instrumentos de poder e confere-lhes credibilidade. Mas mais do que o instrumento militar estar a desvincular-se da sua aplicação coerciva e dissuasora, está também a modificar-se e a adotar o conceito de *Smart Power*, camuflando o seu poder coercivo com estratégias de *Soft Power*, tais como operações humanitárias ou as *PSO*, não perdendo a sua capacidade de ameaça ou uso da força ainda que em *ultima ratio*.

## Bibliografia

- Allied Command Transformation, 2009. *Multiple Futures Project. Navigating towards 2030*. Final Report. North Atlantic Treaty Organization.
- Armitage, R. e Nye, J., 2007. *How America can Become a Smarter Power*. In *CSIS Comission on Smart Power: A Smarter, more secure America*. Washington D.C.: Center for Strategic and International Studies, 5-14.
- Borges, J. 2016. Ameaças e riscos transnacionais. Perspectivas institucionais. In: *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda, p.29-49.
- Borges, J., 2015. A nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA 2015. [Em linha]. *Revista Militar*, N.º 2559, 261 – 270. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1014>, [Consult. 31 out. 2016].
- Castro, T., 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG.
- Chong, A., 2015. *Smart Power and Military Force: An Introduction*. [Em linha]. *Routledge: The Journal of Strategic Studies*, Vol. 8, n.º 3, 233-244. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2014.1002915>, [Consult. 4 abr. 2016].
- Coutu, D., 2008. *Smart Power*. [Em linha]. *Harvard Business Review* Disponível em: <https://hbr.org/2008/11/smart-power>, [Consult. 13 jun. 2016].
- Dias, C., 2010. *Sobre a Guerra: Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio – edição de livros e revistas, Lda.
- Fornam, M., s.d.. *Hard Power: 9/11's Legacy for American National Security Policy*. [Em linha] Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/266249808\\_Hard\\_Power\\_911's\\_Legacy\\_for\\_American\\_National\\_Security\\_Policy](https://www.researchgate.net/publication/266249808_Hard_Power_911's_Legacy_for_American_National_Security_Policy), [Consult. 29 mar. 2016].
- Gaiolas, A., 2010. *A efetividade do Poder Aéreo em confrontos assimétricos*. [Em linha]. *Boletim Ensino do CISDI | Investigação*, N.º 9, Novembro 2010. Disponível em: [http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/B9\\_3.pdf](http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/B9_3.pdf), [Consult. 30 out. 2016].
- Griffiths, M. e Callaghan, T., 2002. *International Relations: The key concepts*. London and New York: Routledge.
- Huff, R., 2010. *U.S. Applications of Hard and Soft Power*. [Em linha] Disponível em: <http://www.personal.psu.edu/cpl2/blogs/powerforce/Huff%20on%20Hard%20and%20Soft%20Power.pdf>, [Consult. 29 mar. 2016].
- International Institute for Strategic Studies, 2016a. *Armed Conflict Database*. [Em linha] Disponível em: <https://acd.iiss.org/>, [Consult. 29 mar. 2016].
- International Institute for Strategic Studies, 2016b. *Military Balance*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/-/media/images/publications/the%20military%20balance/milbal2016/mb%202016%20top%2015%20defence%20budgets%202015.jpg?la=en>, [Consult. 29 mar. 2016].

- International Relations, 2015. *Power (International Relations)*. [Em linha] InternationalRelations.org. Disponível em: <http://internationalrelations.org/history-of-international-relations/power-international-relations/>, [Consult. 28 dez. 2015].
- Joint Forces Staff College, 2000a. Appendix E: The Military in Operations Other than War (MOOTW). In *The Joint Staff Officer's Guide 2000*. JFSC, PUB 1.
- Joint Forces Staff College, 2000b. Appendix G: Glossary of Terms and Definitions. In *The Joint Staff Officer's Guide 2000*. JFSC, PUB 1.
- Kuang, H., 2012. Smart Power and the Management of US-Led Alliances and Coalitions In An Age Of Hybrid Wars. In: *Smart Power: Transforming Militaries for 21st Century Missions*. Goh KengSwee Command and Staff College Seminar 2012. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies, 20.
- Lemos, C. e Eugénio, A., 2011. Uma reflexão sobre o novo conceito estratégico da NATO. [Em linha]. Boletim Ensino do CISDI | Investigação, N.º 11, Novembro 2011. Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/Uma%20reflexao%20sobre%20o%20Novo%20Conceito%20Estrategico%20da%20NATO.pdf>, [Consult. 4 abr. 2016].
- Lim, E., 2012. Defence Diplomacy in Smart Power. In An Age Of Hybrid Wars. In: *Smart Power: Transforming Militaries for 21st Century Missions*. Goh KengSwee Command and Staff College Seminar 2012. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies.15.
- Lim, E., 2012. Defence Diplomacy in Smart Power. In: *Smart Power: Transforming Militaries for 21st Century Missions*. Goh KengSwee Command and Staff College Seminar 2012. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies.
- Mattern, J., 2009. *The Concept of Power and the (Un) Discipline of International Relations*. [Em Linha]. Oxford Handbooks Online, pages 691-698. Disponível em: [https://www.academia.edu/1141872/The\\_Concept\\_of\\_Power\\_and\\_The\\_Un\\_discipline\\_of\\_International\\_Relations](https://www.academia.edu/1141872/The_Concept_of_Power_and_The_Un_discipline_of_International_Relations), [Consult. 28 dez. 2015].
- Moreira, A., 1996. *A teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- North Atlantic Treaty Organization, 2010. *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. Active Engagement, Modern Defence.
- North Atlantic Treaty Organization, 2015. *NATO Glossary of Terms And Definitions (AAP-06)*. North Atlantic Treaty Organization: NATO Standardization Office.
- Novais, V., 2014. *Com as contas canceladas, terroristas escolhem uma rede social mais livre*. [Em linha] Disponível em: <http://observador.pt/2014/08/23/com-contas-canceladas-terroristas-escolhem-uma-rede-social-mais-livre/>, [Consult. 31 mar. 2016].
- Nye, J., 2002a. *Compreender os conflitos internacionais: introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva.
- Nye, J., 2002b. *Why military power is no longer enough*. [Em linha] Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2002/mar/31/1>, [Consult. 28 mar. 2016].



- Nye, J., 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: PublicAffairs.
- Nye, J., 2009. *Get Smart*. [Em linha] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>, [Consult. 31 mar. 2016].
- Nye, J., 2010. *Is Military Power Becoming Obsolete?* [Em linha] Belfer Center for Science and International Affairs. Disponível em: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/19858/is\\_military\\_power\\_becoming\\_obsolete.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/19858/is_military_power_becoming_obsolete.html), [Consult. 29 mar. 2016].
- Nye, J., 2011a. Power and foreign policy. In *Journal of Political Power*. Vol. 4, N.º 1, 9-24.
- Nye, J. 2011b. *Three Dimensions of Power*. Carnegie Council for Ethics in International Affairs. [Video online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aaPFuXxFY78>, [Consult. 29 dez. 2015].
- Nye, J. 2011c. *The Future of Power*. American Academy of Arts & Sciences. [Video online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W4FSzOMI-ds>, [Consult. 27dez. 2015].
- Pallaver, M., 2011. *Power and Its Forms: Hard, Soft, Smart*. Dissertation for the degree of Master of Philosophy in International Relations. Department of International Relation: The London School of Economics and Political Science.
- Pereira, J. 2016. Terrorismo Transnacional. In: *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda, 51-69.
- Pires, N., 2012. Terrorismo: uma tecnologia “off the shelf”. In: *Revista Dragões entre Douro e Minho*. Vol XII,nº 33, 46-49.
- Quirk, T., 2010 *Soft Power, Hard Power, and Our Image Abroad*. [Em linha] Disponível em: [https://www.lagrange.edu/resources/pdf/citations/2010/22Quirk\\_PoliticalScience.pdf](https://www.lagrange.edu/resources/pdf/citations/2010/22Quirk_PoliticalScience.pdf), [Consult.29 mar. 2016].
- Smith, R., 2008. *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70.
- Szumowski, A., et al., 2013. The Idea of Smart Power in the Concept of NATO security. In: *NATO Towards the Challenges of Contemporary World*, 2013. NATO Diplomacy Division. 227-236.
- Tzu, S., 2006. *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&MP Editores.